

**INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS
PARLAMENTARES NO DEBATE NA ESPECIALIDADE DO ORÇAMENTO DO
ESTADO PARA 2021**

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

Iniciamos hoje a votação na especialidade do Orçamento do Estado para o ano de 2021.

Este Orçamento assume como claras prioridades:

- O combate à pandemia da Covid-19
- A proteção das pessoas, das famílias e dos trabalhadores
- A recuperação económica e social do país

A pandemia mundial tem-nos colocado perante enormes dificuldades, todos os dias acompanhamos a luta diária dos profissionais de saúde e de todos aqueles em diversas áreas na nossa vida e na nossa sociedade que, apesar das dificuldades, resistem.

As paragens económicas a que somos forçados, as paragens económicas a que os outros países se veem forçados, estão a provocar uma das maiores recessões económicas que já conhecemos e uma crise social muito intensa.

A severidade da pandemia não é característica do nosso país, por todo o mundo vemos nações a lutar contra a COVID-19 e a tentar encontrar as respostas possíveis para as difíceis circunstâncias.

Lidamos com bastante incerteza, mas com a esperança de, juntos, venceremos rapidamente este combate e que 2021 seja um ano de viragem e de rápida recuperação.

O Orçamento do Estado de 2021 procura responder de forma clara a estes objetivos.

Aprovar o Orçamento do Estado permite acrescentar respostas e meios àqueles que temos hoje. Permite valorizar quem combate a pandemia, apoiar mais pessoas, criar mais e melhores instrumentos de apoio à economia e ser um elemento de esperança e confiança para os portugueses, neste momento em que bem precisamos, enquanto sociedade, de fatores positivos.

O Orçamento do Estado não é o Orçamento do Governo, é o Orçamento do País e para o País, é o Orçamento do Estado das famílias e para as famílias, é o Orçamento do Estado de todas as instituições e profissionais que travam o combate à pandemia, de todas as instituições e profissionais que gerem os apoios sociais, de todas as instituições e programas que gerem apoios à economia e às empresas.

Com maior ou menor identificação com este Orçamento, tal como está, ou como ficará após a votação na especialidade, será por demais evidente que ficaremos sempre melhor com mais respostas e mais apoios do que se nos limitarmos ao que hoje existe. Podemos todos fingir que isto não é verdade, mas é absolutamente claro que ficaremos sempre melhor com mais apoios, mais respostas do que hoje nós temos.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

É do interesse nacional viabilizar o Orçamento do Estado.

Os portugueses percebem que este Governo será sempre o principal responsável pela gestão do país no atual contexto de crise. Não partilharemos esta responsabilidade com

nenhum partido que viabilize este Orçamento do Estado. Somos nós os principais responsáveis pela gestão do país no atual momento da crise. Não enjeitamos de modo algum essa responsabilidade, mas é do interesse coletivo, do interesse de todos nós, criar melhores condições para que esse combate se faça, com mais instrumentos, com mais instrumentos, com mais respostas e com mais meios.

Através do Orçamento do Estado procuramos reforçar as condições de combate à pandemia, com mais meios para o Serviço Nacional de Saúde, dos quais destacamos:

- O crescimento do Orçamento do SNS em mais de 805M€, num caminho de reforço continuado desde 2015;
- A contratação, em termos líquidos, de mais 4200 profissionais para o SNS e de 260 profissionais para o INEM;
- A criação de um subsídio extraordinário de 20% do salário de todos os profissionais de saúde que estão na linha da frente do combate à pandemia;
- A continuidade do programa de investimentos nos cuidados primários, na expansão da rede de cuidados integrados, na continuidade da construção e expansão de novos hospitais e no reforço do programa de saúde mental.

Com este Orçamento do Estado, e dos compromissos entretanto assumidos, acrescentamos garantias de proteção do emprego e aumentamos os apoios sociais, nomeadamente às pessoas que podem vir a necessitar e que, por alguma razão, não se enquadram nas respostas sociais convencionais, das quais destaco:

- O aumento do limite mínimo do subsídio de desemprego de 1 IAS para um montante superior ao limiar da pobreza;
- Um complemento para quem está no subsídio social de desemprego receber um valor idêntico ao limiar da pobreza;
- Um aumento extraordinário das pensões;

- Um novo apoio social extraordinário para os trabalhadores por conta de outrem não cobertos pelos subsídios de desemprego ou social de desemprego, mas também trabalhadores independentes, do serviço doméstico, trabalhadores informais, sócios gerentes de micro-empresas.

Esta nova prestação não terá em conta a habitação própria e permanente para efeitos de condição de recursos, e pretende apoiar sem condição de recursos todos os que terminem o subsídio de desemprego em 2021 ou que se vejam obrigados a parar a sua atividade.

Através do Orçamento do Estado, e de compromissos entretanto assumidos, acrescentaremos mais meios e apoios as empresas, para conter a destruição do tecido económico e produtivo e para promover uma rápida retoma económica assim que a pandemia terminar.

O Orçamento do Estado não é a única resposta para a recuperação económica e o Governo está a direccionar todos os fundos comunitários que tem ao seu dispor, que permita não só injetar rapidamente dinheiro na economia mas acima de tudo fazendo-o responder a uma agenda transformadora que nos permita ultrapassar défices estruturais e desafios globais que enfrentaremos, desde a transição digital às alterações climáticas.

Do Orçamento de Estado, destaco, ainda:

- Um aumento de 23% no investimento público, em setores estratégicos e prioritários como a saúde;
- Os programas de apoio às empresas para a garantia da manutenção dos postos de trabalho e para a retoma, com um valor estimado de 900 M€;

- A extensão da moratória sobre os créditos bancários e a criação de novas linhas de crédito que têm injetado sangue na economia e salvado empresas, com garantias pública até 6 mil milhões de euros.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

O Orçamento do Estado entregue na Assembleia da República é da responsabilidade do Governo mas foi construído em permanente diálogo com os partidos de esquerda e ambientalistas, representados no Parlamento, e tem reflexo em muitas das medidas e soluções encontradas.

Entramos agora no processo de especialidade e os partidos, no seu conjunto, apresentaram mais de 1.400 propostas de alteração. Este conjunto de alterações é, no nosso entender, muito elevado e desajustado, especialmente ao momento que estamos todos a viver.

Percebemos que por detrás de cada proposta está muito trabalho, não desvalorizamos o trabalho que cada partido faz e que cada Deputado faz na apresentação de cada proposta, mas é muito importante todos compreendermos que há um equilíbrio necessário. O bom senso determina que nos devemos focar nas prioridades do país.

Tal como construímos o Orçamento do Estado ouvindo e procurando introduzir aproximações que respondessem a muitas das prioridades dos partidos, voltaremos a demonstrar a disponibilidade de enquadrar muitas das suas propostas, mas essencialmente as que reforçam as linhas de força deste Orçamento:

- Combater a pandemia da Covid19
- Proteger as pessoas, as famílias e os trabalhadores
- Recuperar rapidamente a economia e recuperar socialmente o país

Não deixamos de registar algumas incoerências por parte de alguns partidos, em especial do maior partido da oposição, cujo líder, no encerramento das suas jornadas parlamentares disse que o atual Orçamento do Estado procura distribuir “o que tem e o que não tem”, acusando o Governo de ser despesista e irresponsável, mas depois o seu partido apresenta 150 propostas com um impacto que nós estimamos em mais de 700 milhões de euros.

É caso para dizer que “bem prega Frei Tomás, Olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz”.

Na política a coerência e a responsabilidade valem muito e o PSD não tem primado, recentemente, por nenhuma das duas. Tem sido um partido que finge que não está cá, num dos momentos em que o país mais precisa. Parece que aproveitou a primeira oportunidade para desaparecer de cena. Parece indiferente ao que vai acontecer e às condições que o país tem para enfrentar esta crise.

Do lado do Governo, os portugueses podem contar com o nosso compromisso. Cá estaremos em todas as circunstâncias, a enfrentar este combate, neste momento difícil. O Governo fez o que lhe competia, traçou um caminho e fez escolhas. Esperamos que deste processo resulte um bom orçamento, o melhor orçamento de que Portugal precisa.

Muito obrigado